



VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

2007

1. Articulação com a Sociedade Civil

Em 2006, o Governo realizou 244 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. O Presidente da República tem atuado diretamente nesse processo e sua agenda pessoal reflete esse compromisso. Nesse período foram realizados, com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República, diversos encontros do Presidente com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil nacional e internacional, como centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONG), entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis.

O processo de diálogo tem garantido que os mais variados movimentos sociais se expressem nos espaços públicos, condição fundamental para a consolidação da democracia, garantindo, assim, a participação de diferentes atores sociais nos processos de discussão e de formulação de políticas públicas. Os movimentos do campo, por exemplo, expressaram-se publicamente no Grito da Terra, na Jornada pela Água e em Defesa da Vida, nas jornadas e na Conferência organizadas pelo Fórum em Defesa da Reforma Agrária e nas mobilizações decorrentes da estiagem na região Sul.

O diálogo e a negociação com entidades e movimentos sociais também foram importantes para a construção e a consolidação de políticas públicas mais inclusivas. A construção do Plano Safra 2006/2007, que está em andamento e disponibilizará R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar, teve a participação ativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e demais entidades do campo, além do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A consolidação da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as entidades sindicais do serviço público federal permitiu avanços em pontos relevantes da política salarial e funcional. Também foram realizadas importantes negociações com as centrais sindicais para a definição do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda dos assalariados e a proposta de reforma sindical.

Com o objetivo de debater projetos e analisar propostas, representantes do Governo participaram das audiências públicas sobre o projeto de Revitalização e Integração de Bacias do Rio São Francisco, sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira – Santo Antonio e Jirau; sobre o Plano Amazônia Sustentável (PAS), sobre o Plano BR-163 Sustentável e sobre o desenvolvimento de políticas públicas para as áreas de segurança, integração nacional e radiodifusão comunitária.

A Secretaria-Geral coordenará, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o processo de participação social na elaboração do PPA 2008-2011. Esse processo contará com o envolvimento direto de Ministérios e Conselhos na construção conjunta de propostas, que serão submetidas a consultas públicas, mediante realização de fóruns Estaduais que reunirão diversas organizações sociais, como sindicatos, associações e federações empresariais, organizações não-governamentais, movimentos populares e instituições religiosas e científicas.

Serão empreendidos esforços pelo Governo, em 2007, com vistas à consolidação do Fórum Governamental de Participação Social, como espaço de articulação entre os diversos instrumentos de participação social – conselhos, ouvidorias, mesas e conferências – implementados pelos ministérios setoriais.

Além de promover, em 2007, esforços para a consolidação do Fórum Governamental de Participação Social, com vistas à qualificação do debate sobre a participação social, o Governo desenvolverá um conjunto de estudos e publicações para a disseminação da informação. Uma frente de trabalho será a sistematização e divulgação das experiências de participação social, que ocorrem desde 2003, como, por exemplo, as Conferências Nacionais, assim como a construção de indicadores que permitam aferir o grau de participação social das diversas políticas públicas.

a) Diálogo Internacional

Um importante avanço alcançado no Governo foi a ampliação de espaços para que os movimentos sociais brasileiros participassem ativamente de negociações internacionais, tanto na ONU e na OMC, quanto no Mercosul, possibilitando incluir na dinâmica das negociações multilaterais e regionais a visão e as reivindicações da sociedade civil. Para fortalecer o Mercosul por meio de uma maior participação cidadã, o Governo, em parceria com o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul e a Comissão Parlamentar Conjunta, promoveu os “Encontros com o Mercosul”, um ciclo de eventos e encontros que reuniu, em 2005 e 2006, cerca de dois mil representantes de vários setores da sociedade civil e autoridades locais em Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte e Fortaleza. Ao assumir a Presidência Pro Tempore do Mercosul, em julho de 2006, o Governo brasileiro convidou os movimentos sociais para organizar a “Cúpula Social do Mercosul”, levando adiante o processo de ampliação do diálogo social na construção da integração regional. Representantes dos mais variados setores da sociedade civil, que antes não se sentiam estimulados a participar do Mercosul, agora possuem um espaço privilegiado de interlocução no mais alto nível de decisão do bloco.

O diálogo entre representantes do Governo brasileiro e integrantes da sociedade civil internacional experimentou avanços importantes durante as atividades das edições do Fórum Social Mundial, realizadas em Porto Alegre, Bombaim, na Índia, e em Caracas, na Venezuela. Consciente da importância desses espaços para a reflexão sobre os mais diferentes temas da agenda nacional de desenvolvimento, o Governo iniciou diálogos com a sociedade civil, com vistas à participação do próximo Fórum Social Mundial, em Nairóbi, Quênia, em janeiro de 2007.

A participação e o diálogo sociais, no âmbito internacional, também foram incorporados à luta contra a fome, especificamente na Ação Contra a Fome e a Pobreza, que conta com a participação do Brasil, do Chile, da Espanha, da Alemanha, da França e da Argélia. Nos marcos dessa iniciativa global, foi criada, em setembro de 2006, o Fundo Internacional para a Compra de Medicamentos contra a Aids, a Malária e a Tuberculose (Unitaid). Por iniciativa do Governo Brasileiro, representantes da sociedade civil foram incorporados ao Conselho de Administração da Unitaid, com direito a voto. Vale registrar que essas doenças estão associadas às condições de pobreza extrema.

Pretende-se, em 2007, ampliar o diálogo internacional com os movimentos sociais e populares, ONG, universidades e centros de pesquisa de outros países, em linha de continuidade com o trabalho em desenvolvimento, em torno dos seguintes eixos:

a.1) Integração Social do Mercosul

Consolidar o processo de participação da sociedade civil no Mercosul, renovando a institucionalidade do bloco regional e incorporando novos atores e temas no processo de integração, constitui a principal tarefa do próximo período. Para isso, serão estimuladas ações que contribuam para a continuidade do Programa - Somos Mercosul, a participação da sociedade civil nos

espaços decisórios (reuniões especializadas, Grupos de Trabalho, GMC e CMC) e para a continuidade das Cúpulas Sociais durante as reuniões presidenciais do Mercosul.

a.2) Combate à Fome e à Pobreza

A criação da Unitaid constituiu, até o momento, o resultado mais significativo da Ação Global contra a Fome e a Pobreza. É preciso consolidá-la, seja por meio da incorporação de outros países neste esforço solidário, seja por meio do envolvimento de organizações que ainda não participam, mas que podem contribuir para esse Programa de combate à Aids, malária e tuberculose. É necessário recuperar a discussão sobre os novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento, imprescindíveis ao sucesso da cooperação e solidariedade internacionais buscadas pela Ação Global.

a.3) Fóruns Sociais Mundiais

Aperfeiçoar a experiência da Casa Brasil – espaço conjunto da sociedade civil e do Governo para divulgação, reflexão e debate das políticas públicas impulsionadas pelo Governo – constitui uma das tarefas a serem realizadas. Terá continuidade, também, a publicação de jornal específico, em vários idiomas, para ser distribuído nos Fóruns Sociais Mundiais com a finalidade de divulgar, informar e debater as experiências deste Governo.

a.4) Aprofundamento do Intercâmbio com a Sociedade Civil (América Latina, África, Europa e América do Norte)

Com vistas à manutenção do diálogo com os movimentos sociais e populares em nível internacional, em 2007, serão aperfeiçoados os mecanismos de divulgação das ações de Governo, tornando mais fluído o diálogo com a sociedade civil e orientando-o principalmente para a cooperação com os movimentos sociais e as organizações da América Latina e África. Propiciar o intercâmbio com os movimentos sociais dos países do Norte (América do Norte e Europa) constitui igualmente uma área prioritária de atuação.

a.5) Movimento Sindical Internacional

Atenção especial será dada às relações com o movimento sindical internacional. Com a fusão das maiores confederações mundiais de trabalhadores, ocorrida em outubro de 2006, o movimento sindical deu um passo importante para renovar-se e revigorar seu protagonismo nos fóruns internacionais. Dialogar com as centrais sindicais brasileiras e suas parceiras internacionais faz parte da tradição democrática deste Governo.

2. Uma Nova Relação Federativa

A partir do entendimento de que é necessário o fortalecimento da Federação, com incentivo para a cooperação e a concertação federativas, o Governo Federal vem construindo uma agenda baseada no diálogo, na negociação, na parceria e na busca da superação dos contenciosos federativos. Espera-se, dessa forma, que as relações intergovernamentais possam se dar sem que se considerem como critérios os vínculos partidários, para a pactuação das políticas públicas que têm por finalidade o desenvolvimento do País.

Essa nova relação, construída ao longo dos últimos anos, tem produzido ganhos efetivos, sobretudo aos Municípios. É a expressão

de um movimento estratégico na direção do fortalecimento dos governos sub-nacionais como condição necessária a uma repactuação federativa, que dê sustentabilidade à abertura de um novo ciclo de desenvolvimento, socialmente justo e inclusivo, capaz de enfrentar a agenda histórica e estrutural das desigualdades sociais e regionais do País.

Essa agenda federativa já consolidou uma série de avanços, como a Lei Complementar nº 116/03, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, a nova Lei do Imposto Territorial Rural, o compartilhamento da CIDE entre a União, Estados e Municípios, além de diversas ações na área social, a exemplo da merenda escolar e da pactuação em torno da unificação dos programas de transferência de renda.

Destacam-se, como principais ações do Governo Federal, a partir de 2007, a implementação do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (Sasf), criado por meio do Decreto nº 6.005, de 28 de dezembro de 2006; a regulamentação da Lei dos Consórcios Públicos, por meio do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; a Presidência Pró-Tempore da Rede intergovernamental da Organização dos Estados Americanos (Rio de Janeiro), para o biênio 2006-2007; a instalação e fortalecimento do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; e a implementação da Carta Compromisso com os Prefeitos e Prefeitas para os próximos quatro anos de Governo.

A implementação das Agências Regionais de Desenvolvimento (Sudene, Sudam), o redesenho do Plano Plurianual, a intensificação dos Projetos Pilotos de Investimentos (PPI), as ações na consolidação no Sistema Único de Segurança Pública, os novos investimentos na área de saneamento e habitação, a implantação do Fundeb, e o enfrentamento solidário das agendas metropolitanas sinalizam a necessária parceria entre a União, os Estados Federados e os Municípios. O fortalecimento da Federação Brasileira constitui uma aposta estratégica do Governo, com o objetivo da construção de um novo ciclo de desenvolvimento.

3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Em relação ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é importante registrar que a participação e disposição demonstrada pelos Conselheiros para contribuir e buscar consensos permitiram que esse Conselho apresentasse ao Presidente da República as Cartas de Concertação, a Agenda Nacional de Desenvolvimento e os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento – formulações sobre desenvolvimento, com diretrizes, propostas e metas concretas a serem perseguidas.

A decisão de fazer uma reflexão aprofundada sobre o desenvolvimento orientou o esforço de adensamento institucional e técnico do CDES. O Conselho criou e implantou o Observatório da Equidade, que aporta capacidade e instrumentos para medir e acompanhar o enfrentamento das desigualdades na sociedade brasileira e apoiar a proposição de políticas públicas e ações sociais que possam promover maior equidade.

O diálogo foi utilizado, ainda, como ferramenta de articulação do CDES com outras instituições. Exemplo da capacidade de articulação do CDES é a Rede do Observatório da Equidade, da qual participam 75 organizações governamentais e não-governamentais e organismos internacionais. Em 2006, o CDES assinou com a ONU um Memorando de Entendimento cujo objetivo é promover e estimular a criação de conselhos econômicos e sociais em países da América Latina.

O CDES participou de atividades de disseminação do conceito de diálogo social na Bolívia, no Chile, na Guatemala e no México.

O CDES assinou também acordos bilaterais para intercâmbio de experiências, contribuindo para aperfeiçoar seu trabalho interno. Destacam-se os acordos firmados com o Conselho Nacional de Economia e Trabalho da Itália; o Conselho Econômico e Social da França; a France Libertés – Fundação Danielle Mitterrand; e a Comissão Tripartite da República da Coreia.

Apesar de ser um órgão novo, integrante da estrutura governamental, na última Assembléia Geral da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), em setembro de 2006, o CDES teve sua candidatura à Presidência da instituição para o biênio 2007-2009 referendada. A posse está agendada para junho de 2007 na próxima Assembléia Geral. O tema proposto para o mandato brasileiro será “Desenvolvimento com Equidade”, envolvendo o debate sobre financiamento do desenvolvimento e combate à fome e à pobreza.

4. Conferências Nacionais e Encontros

Em 2006, foram realizadas 10 conferências temáticas nacionais e nove conferências internacionais. Ao mobilizarem representantes governamentais e diferentes atores da sociedade civil, as conferências setoriais constituíram espaços de reflexão, debate e troca de informações e estimularam a construção da co-responsabilidade entre Estado e sociedade.

Entre os eventos realizados em 2006, devem ser destacados:

- I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve a participação de cerca de 1.500 representantes governamentais e da sociedade civil, para discussão do tema central “Acessibilidade: você também tem compromisso”;
- I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa”;
- I Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos;
- 2ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca;
- 1º Conferência Nacional de Economia Solidária, na qual foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Conferência Nacional do Esporte;
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas;
- Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica;
- 10ª Conferência Latino-Americana de Zonas Francas;
- Conferência Regional das Américas Avanços e Desafios no Plano de Ação Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas; e
- 2º Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora (Ciad), com o tema geral “A Diáspora e o Renascimento Africano”.

Para 2007, já foi realizado o processo preparatório conceitual e material da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, marcada para 18 a 20/08/07, em Brasília. Dando continuidade à construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, será realizada, em maio de 2007, em Fortaleza – CE, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

